COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 497, DE 2015 (Apenso: Projeto de Lei nº 587, de 2015)

Dispõe sobre o percentual mínimo e máximo de participação de membros de cada sexo nos conselhos de administração das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e outras empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Autora: Deputada FLÁVIA MORAIS

Relatora: Deputada JOZI ROCHA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 497, de 2015, da Deputada Flávia Moraes, prevê que os conselhos de administração de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e outras companhias em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto serão compostos com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de membros de cada sexo.

As empresas poderão preencher gradualmente os cargos segundo esses percentuais, desde que respeitados os seguintes limites mínimos e prazos, contados da publicação da lei:

a) mínimo de 10% e máximo de 90% em até vinte quatro meses;

b) mínimo de 20% e máximo de 80% em até trinta e seis meses; e

c) mínimo de 30% e máximo de 70% em até quarenta e oito meses.

No cálculo para estabelecer o número de membros por gênero, após a aplicação dos percentuais deverá ser desprezada a fração se igual ou inferior a meio e, se superior, arredondada para o número inteiro posterior. Nos casos em que, em virtude do número total de conselheiros, a aplicação dos percentuais não garanta participação mínima de um dos gêneros, tornar-se-á obrigatório o preenchimento de pelo menos uma vaga com membro do sexo feminino ou masculino.

As empresas deverão adequar seus estatutos no prazo de um ano, contado da publicação da lei.

Foi apensado à proposição o Projeto de Lei nº 587, de 2015, do Deputado Orlando Silva, que dispõe “sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos conselhos e demais órgãos colegiados criados por Lei, com funcionamento perante os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.”

Consoante a proposição apensada, a participação do gênero feminino na proporção de 50% ocorrerá gradualmente, acompanhando os processos de renovação dos conselhos. Prevê-se, ademais, que será mantida a participação nos conselhos já assegurada por lei a alguns segmentos.

Cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito das proposições. Posteriormente deverá a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania opinar sobre sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Não foram apresentadas emendas aos projetos.

II – VOTO DA RELATORA

A participação das mulheres nos conselhos de administração de empresas no País ainda é muito pequena, não obstante a crescente presença feminina no mercado de trabalho e a reconhecida competência das mulheres em funções de direção, tanto no setor público quanto na iniciativa privada.

Como destacado na justificativa da proposição principal, vários países vêm ajustando suas legislações para reverter esse quadro. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC aponta essa evolução¹:

“As primeiras leis que reservaram cotas para mulheres em conselhos abrangeram empresas estatais ou controladas pelo poder público. A experiência inicial ocorreu em Israel, em 1993. Desde então foram adotadas leis semelhantes sucessivamente pela África do Sul (1996), Irlanda (2004), Finlândia (2004), Islândia (2006), Suíça (2006) e Dinamarca (2009), como aponta um estudo publicado pelo Banco Mundial em 2011.¹ Depois disso, foram adotadas cotas dessa natureza também pela Áustria, Eslovênia e Quênia.”

O PL nº 497/2015, que tramita como principal, propõe avanço na legislação brasileira, com o objetivo de que seja gradualmente ampliada a participação feminina nos conselhos de administração das empresas estatais no âmbito federal. A proposta é corretamente formulada mediante a estipulação de percentuais mínimos aplicáveis a ambos os sexos. Assim, por exemplo, um conselho com 10 membros poderá ter 7 homens e 3 mulheres ou o inverso, sem privilégio para nenhum dos gêneros. Ademais, a mudança ocorrerá de forma gradativa, com intervalo de tempo razoável para adaptação das empresas.

A única modificação necessária seria, a nosso ver, a introdução de regra que retirasse os cargos providos por representantes eleitos pelos trabalhadores, segundo exigência legal, do número total de cargos sobre

¹ (http://www.ibgc.org.br/download/manifestacao/IBGC_Pesquisa_CotasMulheres.pdf)

o qual se aplicarão os percentuais. Com esse propósito sugerimos, ao final do parecer, a adoção de emenda aditiva.

Com relação ao projeto apensado, que pretende participação feminina em, no mínimo, 50% dos cargos nos conselhos de administração no âmbito federal, entendemos que seus propósitos são tão meritórios quanto os do projeto principal. No entanto, consoante as razões já mencionadas, a formulação do principal parece-nos tecnicamente mais apropriada. Por esse motivo manifestamo-nos pela rejeição do apensado, ressaltando que, no essencial, seu objetivo será atendido com a aprovação do principal.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 497, de 2015, com a emenda anexa a este voto, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 587, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada JOZI ROCHA
Relatora

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 497, DE 2015

Dispõe sobre o percentual mínimo e máximo de participação de membros de cada sexo nos conselhos de administração das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e outras empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

EMENDA DA RELATORA

Acrescente-se ao art. 2º do projeto o seguinte § 4º:

"Art. 2º

.....

§ 4º Previamente à aplicação dos percentuais de que trata o *caput* será deduzido do número total de cargos do conselho o cargo reservado a representante dos empregados, provido em conformidade com a Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada JOZI ROCHA

Relatora